



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.

GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

ATA DA REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD) COM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CMDPcD), REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2025.

No dia 25 de agosto de 2025, foi realizada reunião entre a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (PcD) e o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPcD), com a presença dos seguintes participantes:

- Elias – Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Cristina – Vice-presidente, representante da Secretaria de Educação;
- Graciele Fernandes – Representante da sociedade civil, PcD e servidora pública;
- Bruna Azevedo – Representante da sociedade civil e diretora do MOPAM;
- Aline – Suplente da diretoria do MOPAM;
- Vereador Cesinha – Presidente da Frente PcD;
- Roan Flores – Chefe de Gabinete do Vereador Cesinha;
- Vereador Luciano Diniz – Vice-presidente da Frente PcD.

Início dos trabalhos:

O Sr. Elias informou que, desde 16 de maio, o Conselho possui nova composição e que estava sem reuniões há algum tempo. Ressaltou a importância de valorizar as mães do autismo, que realizaram um grande movimento em Macaé, mas destacou a necessidade de não se esquecer das demais deficiências, como física, visual e auditiva. Colocou-se à disposição da Frente Parlamentar PcD para dialogar, enfatizando que a função do Conselho é cobrar e propor políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

Apresentou a proposta de recriação do Fundo Municipal PcD, extinto durante o governo do ex-prefeito Aluizio, destacando que o fundo possibilita o recebimento de verbas de empresas privadas, emendas parlamentares e recursos federais destinados ao Conselho.

O Vereador Cesinha considerou a proposta importante, mas salientou que a Secretaria de Assistência Social já possui um fundo e sugeriu que fosse avaliada, com o apoio do Dr. Roan, a possibilidade de destinar parte dos recursos existentes a esse Conselho.

O Dr. Roan destacou que, ainda assim, o Conselho deveria possuir um fundo próprio para receber e aplicar seus recursos, sugerindo a elaboração de requerimento ao Governo Municipal solicitando informações sobre essa viabilidade.

O Vereador Luciano Diniz pediu esclarecimentos sobre os objetivos da criação do fundo.

O Sr. Elias explicou que atualmente o Conselho funciona no “Hotel de Deus”, sem estrutura adequada, sem computadores e com dificuldades para organizar eventos ou realizar capacitações dos conselheiros. Comprometeu-se a preparar um documento justificando a necessidade de recriação do Fundo Municipal PcD e apresentar à esta Frente Parlamentar.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.

GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

O Vereador Luciano Diniz ressaltou que a criação do fundo é uma prerrogativa do Executivo Municipal, cabendo ao Conselho e à Frente promover o fomento e apresentar a indicação ao Prefeito.

O Sr. Elias acrescentou que o Conselho se reúne mensalmente no Paço Municipal ou no Conselho de Saúde, mas enfrenta dificuldades pela falta de intérprete de Libras, o que impossibilita a participação de conselheiros surdos. Relatou que já solicitou o serviço à Secretaria de Desenvolvimento Social e à Prefeitura, mas que ambos informaram não dispor do profissional.

O Vereador Luciano Diniz afirmou que solicitará apoio ao Gabinete da Vereadora Dra. Mayara Rezende, presidente da Comissão de Saúde, para tratar dessa pauta e buscar soluções.

A Sra. Aline recordou que recentemente foi aprovada a recriação do Fundo do Idoso e que o Ministério Público está cobrando dos municípios a recriação de seus fundos municipais, estando Macaé incluída na lista. Ressaltou a importância de que o Fundo PcD seja criado com estrutura administrativa adequada, incluindo tesoureiro, contador e assistente administrativo.

O Vereador Luciano Diniz sugeriu que o Conselho elabore ações de curto e médio prazo, que possam ser intermediadas pela Vereadora Dra. Mayara junto à Secretaria de Desenvolvimento Social, enquanto a criação do fundo seria uma ação de longo prazo.

O Sr. Elias apresentou documento do Instituto T21, destacando que o material fazia parte de compromissos assumidos em campanha e deveria ser reforçado.

O Vereador Cesinha informou que o mandato realizou apontamentos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), incluindo diversas ações relacionadas às políticas PcD, e que o trabalho da Frente constatou a necessidade de fortalecer o vínculo entre essas ações e a legislação orçamentária. Comprometeu-se a encaminhar cópia da LDO ao Conselho, ressaltando o apoio do Prefeito Welberth Rezende, que tem demonstrado sensibilidade à causa.

O Sr. Elias questionou sobre o Centro de Referência PcD, ao que o Vereador Luciano Diniz respondeu que houve licitação, mas nenhuma empresa se cadastrou para execução da obra, o que resultou em sua anulação. Informou que o Prefeito Welberth Rezende e o Secretário de Saúde, Dr. Lucas, determinaram uma nova licitação, agora dividida em duas etapas: construção do equipamento e, posteriormente, licitação da gestão, com previsão de andamento ainda neste ano.

O Sr. Elias relatou denúncia recebida sobre a Exposição Agropecuária de Macaé, mencionando a falta de acessibilidade para cadeirantes e a desorganização dos funcionários em orientar sobre áreas reservadas para PcD.

O Dr. Roan confirmou que o gabinete recebeu denúncia semelhante, destacando que, embora os espaços sejam reservados no início dos eventos, acabam sendo reduzidos ao longo do tempo conforme a lotação do local.

O Sr. Elias também fez críticas a eventos particulares, citando o show de Fábio Porchat no Hotel Mercure, onde uma cadeirante não conseguiu vaga adequada, sendo posicionada ao fundo.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.

GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

O Vereador Luciano Diniz sugeriu que a Secretaria Municipal de Fazenda, por meio do setor de fiscalização de eventos, seja orientada a exigir o cumprimento das vagas reservadas ao público PcD, conforme determina a legislação federal.

O Vereador Cesinha e o Vereador Luciano Diniz sugeriram que o Conselho PcD envie ofício à Frente PcD elegendo um representante fixo para participar das reuniões da Frente.

O Dr. Roan solicitou que todas as demandas apresentadas durante a reunião sejam formalizadas e encaminhadas via ofício, para tratamento nas próximas reuniões da Frente PcD.

O Sr. Elias questionou sobre o acesso às leis municipais voltadas ao público PcD, sendo informado pelo Vereador Luciano Diniz que todo o conteúdo está disponível no Portal da Câmara Municipal.

O Vereador Cesinha mencionou que todas as leis relacionadas à PcD têm sido sancionadas integralmente pelo Prefeito Welberth Rezende.

A Sra. Bruna sugeriu oferecer cursos preparatórios em parceria com o Centrinho para os novos candidatos (Auxiliar de Serviços Escolares) convocados no concurso público, além de relatar problemas de fila de espera na Casa da Criança e a falta de novas matrículas no CEMEAES.

A Sra. Leandra informou que o CEMEAES estava com atendimentos suspensos desde o início do ano, mas que, segundo o Secretário de Educação Matias, os atendimentos foram retomados e novos encaminhamentos serão aceitos no próximo semestre. Em relação ao concurso público, esclareceu que está previsto em lei que todos os servidores da Educação passem por formação continuada.

O Vereador Luciano Diniz comentou sobre a escassez de profissionais especialistas, como neurologistas e psiquiatras (adulto e infantil), ressaltando que a dificuldade é geral em municípios como Casimiro de Abreu e Cabo Frio. Explicou que, em Macaé, há poucos profissionais disponíveis, e o principal obstáculo é o salário ofertado, sendo este inferior ao da rede particular. Informou que no mês anterior uma profissional neurologista pediu desligamento e que a Prefeitura está buscando outra profissional para preencher a vaga, sendo uma possível solução a licitação de gestão, permitindo que a empresa vencedora pague salários compatíveis com o mercado.

Nada mais havendo a tratar, o Vereador Luciano Diniz encerrou a reunião.